

Segurança Social – Regime Trabalhador Independente



6 abril
9h30-18h00

VidaEconómica
Business School

Informações: Ana Bessa | Email: anabessa@vidaeconomica.pt | ☎ 223 399 427/00 | www.vebs.pt

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL
PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL
DE01752020DCE4



TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO Nº 594655

Nº 1875 / 26 de março 2021 / Semanal / Portugal Continental 2,40 €

DIRETOR
João Peixoto de Sousa

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.vidaeconomica.pt

SUPLEMENTO SAÚDE & VIDA

Indústria farmacêutica tem elevado potencial de internacionalização

Págs. 4 e 5



SUPLEMENTO METAL

Exportações do Metal Portugal atingem 1542 milhões de euros

Pág. VIII



SUPLEMENTO VIDA JUDICIÁRIA

Pandemia acelera desmaterialização da Administração Pública

Pág. II



PUB

ATUALIDADE

Investimento em alojamentos habitacionais aumenta 2,4%

Pág. 3

Períodos de carência de capital em empréstimos com garantia mútua prorrogados por nove meses

Pág. 3

EMPRESAS

Prazo de entrega do Relatório Único alargado até 30 de junho

Pág. 3

GEORGE CAREER CHANGE
GEORGE Career Change Consultants
Campo Grande 30 – 8º B
1700-093 Lisboa,
www.george.pt

PUB

José Eduardo Carvalho, presidente da AIP, afirma

“O redimensionamento empresarial é a grande lacuna do PRR”

- Valor da dívida pública limitou volume de empréstimos a Portugal



Págs. 8 e 9

CRESCIMENTO DE 50% NOS ÚLTIMOS 15 ANOS

Língua francesa é falada por 300 milhões em todos os continentes

Pág. 5



PUB



9 720972 000037

01875

VidaEconómica
Business School

FORMAÇÃO PARA EMPRESAS E PROFISSIONAIS
CONTABILIDADE | DIREITO | FISCALIDADE

Venha aprender connosco www.vebs.pt



SURE protege rendimentos e emprego

A Comissão publicou a sua primeira avaliação preliminar do impacto do SURE, um instrumento que conta com um orçamento de 100 mil milhões de euros e se destina a proteger os postos de trabalho e os rendimentos afetados pela pandemia. O relatório concluiu que o SURE conseguiu atenuar as graves consequências socioeconómicas da crise e contribuiu para reafirmar o aumento do desemprego.

Governo destaca oportunidades do PRR para as universidades portuguesas

O ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, destacou as oportunidades que estão previstas no Plano de Recuperação e Resiliência para as universidades. “Temos um fundo de investimento para residências de estudantes e dois programas, o chamado Impulso Jovem e outro, Impulso Adultos, para atrair mais jovens para o ensino superior”, afirmou o governante

JOSÉ EDUARDO CARVALHO, PRESIDENTE DA AIP, CONSIDERA

“O redimensionamento empresarial é a grande lacuna do PRR”

“O redimensionamento empresarial é a grande lacuna do Programa de Recuperação e Resiliência e, por aquilo que constato, também não será muito atendida no Quadro Financeiro Plurianual 21/27”, afirma José Eduardo Santos, presidente da AIP – Associação Industrial Portuguesa. “Não haverá alterações significativas na produtividade, na inovação, na intensidade exportadora das empresas, no nível dos salários, sem conceber e priorizar política pública para o redimensionamento empresarial”, acrescenta.



“Devem-se definir requisitos mínimos de dimensão para ter acesso a alguns programas”, afirma José Eduardo Carvalho.

ferência de recursos financeiros para as empresas não é o desejável. Todos reconhecem isso.

Mas, apesar do atraso no que diz respeito à contratação dos mútuos e respetivas transferências financeiras, temos de concluir que as medidas foram eficazes. A conjugação das moratórias, “lay-off”, diferimento do pagamento de impostos e financiamento contribuíram para que as insolvências e as dissoluções das empresas fossem menores em 2020 em relação a 2019: -8% e -0,5%, respetivamente.

Tendo o país registado uma contração histórica (-7,6%) e o PIB em volume regressado a 2008, conseguiu-se pela eficácia destas medidas, estancar as insolvências e o desemprego (+0,3% do que em 2019).

“Temos de descobrir forma de transformar o sistema de saúde”

JEC - Já disse que 1,250 milhões de euros desses empréstimos serão afetos à capitalização das empresas para restabelecer níveis de autonomia financeira e ainda para financiar dívida ou instrumentos de quase-capital. Concorde que seja o Banco de Fomento a gerir esses instrumentos. Como irá fazê-lo, não sei. Passará por um esvaziamento das competências e do “core” do sistema de garantia mútua? À estrutura do SGM ser-lhe-ão cometidas funções de “back-office” do Banco de Fomento? Não sei. Só sei que o sistema de garantia mútua foi o instrumento de política pública com mais sucesso nos últimos 20 anos. Concedeu garantias a 142 mil empresas das cerca de 400 mil que entregam IES; emitiu 24 mil milhões de euros de garantias; tem atualmente 9,6 mil milhões de euros de garantias vivas; permitiu o acesso das PME ao crédito durante a crise da dívida soberana e da atual crise pandémica.

A maioria do capital das sociedades de garantia mútua é privado. São dos mutualistas. Acho que deviam ter uma palavra nas decisões sobre a sua estratégia futura, modelo de negócio e “governance” das sociedades. E não sei se isso está a suceder.

VE – Acha que a concentração da gestão pública, por exemplo, no Ministério da Economia, beneficiaria a celeridade e a clareza de execução dos fundos direcionados para as empresas, em especial na Componente Investimento e Inovação?

JEC - Concorde com o modelo proposto na versão do PRR que esteve em discussão pública. A “governance” do programa na área da coordenação técnica e de gestão será assumida por uma estrutura de missão. A execução será contratualizada com agências e organismos públicos. Compete, IAPMEI, AICEP, ANI são organismos intermédios com experiência, “know-how” e excelentes quadros técnicos. Não podem nem devem ser preteridos por novas estruturas com custos de aprendizagem e ineficiência que não se compadece com a celeridade do programa.

O CAPEX público

VE – O PRR afeta 2,5 mil milhões de euros à transição digital. Corre-se o risco de se gastar mais na administração pública do que nas empresas?

JEC - O CAPEX público é significativo. Dinamizará a procura com efeitos a curto prazo no crescimento económico. A aqui-

Aprovado novo instrumento de vizinhança de 79,5 mil milhões de euros

O Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a um acordo político sobre o Instrumento de Vizinhança, Cooperação para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional (IVCDCI) — “Europa Global” para o próximo período do QFP (2021-2027). Com uma dotação global de 79,5 mil milhões de euros o novo instrumento abrangerá a cooperação da UE com os países terceiros.

sição de bens e serviços estima-se em 10 mil milhões euros. A formação do PRR foi condicionada pelas prioridades da UE que obrigou a afetar 57% do orçamento para a transição climática e digital. Existem por isso verbas avultadas para a transição digital. É a oportunidade de se proceder a uma racionalização do aparelho do Estado sem cair na digitalização da burocracia. Haverá, sem dúvida, uma melhoria na eficiência pública. Mas precisamos de a

complementar com mudanças nas prioridades estruturais da economia portuguesa para ter efeitos na economia portuguesa. Refiro-me ao redimensionamento empresarial. É a grande lacuna do programa, e por aquilo que constato também, não será muito atendida no Quadro Financeiro Plurianual 21/27. Não haverá alterações significativas na produtividade, na inovação, na intensidade exportadora das empresas, no nível dos salários, sem conceber e priorizar política pública para o redimensionamento empresarial.

VE – Turismo e Agricultura parecem ter sido esquecidos no PRR. Que seria desejável acontecer?

JEC - Acho que não devemos exigir do programa aquilo para que não está vocacionado. O programa é transversal a todos os setores. Não há uma política de seleção de setores vencedores, nem é uma resposta às situações de emergência social. Mas se não se conseguir melhorar a distribuição da afetação de recursos entre estado e empresas, terá de haver um aumento significativo de incentivos e estímulo às empresas nos investimentos previstos na reprogramação do PT2020 e QFP21/27, nomeadamente nas áreas de inovação, redi-

mensionamento empresarial, capitalização e reforço da capacidade exportadora.

VE – Considerando que a Saúde é uma área prioritária de atuação, como se poderia melhorar a execução do Programa neste setor?

JEC - Acho que a saúde tem uma afetação considerável no programa. Temos de descobrir forma de transformar o sistema de saúde. Por diversas razões, e uma delas demográfica, o sistema de saúde é um dos principais fatores de insustentabilidade orçamental em alguns países da Europa. Nenhum governo nos próximos anos regateará o reforço orçamental na área da saúde. Falta saber quais serão os setores afetados, porque não me parece que haja espaço para aumentar os níveis de arrecadação fiscal.

VE – De que forma se poderia melhorar o acesso das empresas aos fundos de apoio?

JEC - Se se aumentar o plafond das subvenções afetas ao investimento das empresas, tornar-se-á mais atrativo para o CAPEX privado. Por outro lado, deve-se permitir a flexibilização dos acordos de regularização das situações contributivas e fiscais. Muitas empresas neste ano e no próximo deixarão de ter acesso a qualquer medida devido ao agravamento dessa situação.

Por último, quer queiram ou não, vai-se chegar à conclusão que se deve definir requisitos mínimos de dimensão para ter acesso a alguns programas. Investimento em processos de descarbonização e digitalização em microempresas, não serão muito significativos. E precisamos de fomentar processos de cooperação empresarial.

Papel das associações empresariais deve ser reforçado

“As associações empresariais de âmbito nacional já assumiram o papel de organismo intermédio na gestão de alguns programas. Deveria reforçar-se esse papel. Fazem-no bem e com sucesso. Há alguns programas de âmbito mais local e regional que também deviam ser cometidos às associações empresariais regionais. Temos de fazer o balanço da execução de alguns programas para analisar se as soluções encontradas corresponderam às expectativas”, afirma José Eduardo Carvalho.

“Na gestão do PRR acho que as associações empresariais não deveriam intervir, dada a componente de afetação pública do programa, mas deveriam estar

na Comissão de Acompanhamento. Nem percebo o racional da exclusão face à sua representatividade e experiência na gestão e dinamização deste tipo de programas”, acrescenta.

“O que é escandaloso é verificar que há mais de 30 anos que as associações empresariais não têm acesso direto a sistemas de incentivos, ao investimento na modernização tecnológica, à inovação e à qualificação de recursos humanos.” “Desde que o Eng. Mira Amaral saiu do ministério, deixaram de ter acesso direto e começou a aparecer financiamento público a outras estruturas de intermediação entre empresas e sistemas de incentivos”, conclui o presidente da AIP.



MANUEL DE CARVALHO E SOUSA
Docente do ISAG - European Business School

As cidades do futuro

As cidades de hoje têm um desafio enorme pela frente. Serem cidades do futuro sem perderem o seu passado, a sua identidade, o seu carisma e a sua história. As cidades sempre competiram entre si, mas os objetivos dessa competição foram variando ao longo dos tempos. Foram-se afirmando em termos comerciais, defensivos, monumentais, artísticos, industriais, numa competição mais ou menos declarada. Hoje, a competição entre as cidades é feita de forma diferente, competem por fluxos turísticos, pela captação de grandes eventos e de investimentos, por serem mais sustentáveis. Agora o desafio mais premente da cidade de ter uma gestão cada vez mais inteligente, mais inovadora, sustentável, inclusiva, aberta e conectada, que promova a qualidade de vida dos seus cidadãos e os faça serem mais felizes.

Para isso é necessária uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros, uma maior eficiência energética, uma mobilidade mais descarbonizada, uma economia dinâmica, numa sociedade participativa e colaborativa nos processos de planeamento e de desenvolvimento.

A cidade terá de desenvolver e implementar soluções criativas para resolver os múltiplos problemas urbanos, desenvolvendo redes de intercâmbio de boas práticas com outras cidades, para deste modo acelerar os processos de desenvolvimento. Assim teremos uma cidade com uma gestão cada vez mais inteligente.

A cidade terá também que se desenvolver em rede no seu território, com as suas empresas e associações empresariais, com os estabelecimentos de ensino superior, com os centros de investigação, numa articulação com as estruturas públicas regionais e com o Governo central.

Os desafios que se colocam abarcam todas as áreas, em que a área do ambiente é geralmente uma das mais exigentes em termos de recursos, que vão desde o ciclo urbano das águas à gestão dos resíduos sólidos urbanos, passando pela qualidade do ar e implementação de novos espaços verdes urbanos e a sua gestão.

Em termos de energia, nas cidades terá que se procurar fazer a maximização das energias renováveis, otimizar a eficiência energética, criar formas de armazenamento de energia, implementar redes inteligentes de iluminação pública, criar sistemas de climatização eficientes e múltiplos pontos de abastecimento elétricos de veículos, tanto dos transportes públicos como das viaturas particulares. Os novos paradigmas de mobilidade implicam sistemas de transporte cada

vez mais inteligentes, de partilha de transportes, deslocação à chamada para pessoas de mobilidade reduzida, veículos elétricos, infraestruturas intermodais, fontes de energia alternativas, estacionamento articulado com a rede de transportes públicos e a criação de uma rede de ciclovias, promotoras de mobilidade cada vez mais sustentável. Ao nível dos edifícios, é fundamental a continuidade da requalificação urbana, preservando a memória arquitetónica, melhorar a habitação e estabelecimentos comerciais, tornando os edifícios mais eficientes em termos de espaço e de energia, com materiais equipamentos mais inteligentes e mais sustentáveis.

O espaço público deve comportar uma boa estrutura verde urbana, uma rede de espaços estruturantes e uma rede secundária de espaços verdes de proximidade, permitindo obter conforto térmico no tecido urbano e diminuir o efeito de ilha de calor e uma maior mobilidade do ar, uma grande absorção de dióxido de carbono, a maximização da retenção de poluentes potenciando a circulação de fluxos biogenéticos e uma boa biodiversidade urbana.

Em termos de gestão pública, ela deverá ser cada vez mais digital e mais próxima do cidadão, estruturada em plataformas municipais de utilização intuitiva, com dados abertos, permitindo a participação pública e um maior envolvimento dos cidadãos.

Em termos de segurança, a cidade terá de ser cada vez mais segura, resolvendo as causas da insegurança, da pobreza da violência e do vandalismo. As novas tecnologias de videovigilância, de gestão de emergências, de controlo de desastres devem ser complementadas com um policiamento eficaz e inibidor dos atos ilícitos.

Em termos de cultura e turismo, estas áreas deverão também ser cada vez mais apoiadas por diversas formas de turismo digital, em cidades com informação inteligente, estruturada em sites e apps acessíveis por códigos gráficos, que permitam uma usufruição informada, inovadora e agradável.

Em termos de educação e saúde, com a pandemia, todos percebemos que as aulas digitais e telemedicina vieram para ficar e que nestes dois anos permitiram colmatar a ausência de aulas presenciais. As videoconferências e as ações de formação online ocuparão um espaço muito superior ao que existia antes da pandemia e continuarão a ser um recurso alternativo para atos de rotina e de acompanhamento que não justifiquem a presença física. Uma cidade do futuro exige políticos cada vez mais capazes para uma gestão cada vez mais inteligente e exigente em termos de inovação.